

## **DECRETO Nº 617 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.**

*Dispõe sobre a concessão e o gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade pelos servidores públicos efetivos ou estabilizados, inclusive os nomeados em comissão ou função gratificada, que integram o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itapagipe.*

A Prefeita do Município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais e,

*Considerando* a necessidade de disciplinar os procedimentos relativos à concessão e o gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade adquirida pelos servidores públicos que integram o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itapagipe;

*Considerando* que é dever da Administração Municipal agir com prudência, impedindo o acúmulo desses benefícios, evitando assim despesas imprevistas com indenizações;

Considerando que os servidores públicos do Município de Itapagipe têm direito ao gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade, nos termos do art. 93 da Lei Municipal nº 55 de 04 de maio de 2011,

### **DECRETA:**

Art. 1º A concessão e o gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade pelos servidores públicos efetivos ou estabilizados, inclusive os nomeados em comissão ou função gratificada, que integram o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itapagipe, obedecerão obrigatoriamente aos critérios estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal, deverá proceder, ao levantamento dos servidores públicos efetivos ou estabilizados, inclusive os nomeados em comissão ou função gratificada, que integram o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itapagipe, para concessão e gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade, observando as seguintes regras:

I - o servidor com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher que possuir período (s) aquisitivo (s) deverá ser incluído para gozo obrigatório de Licença-Prêmio por Assiduidade de todo (s) período (s) aquisitivo (s);

II - o servidor que possuir Tempo de Contribuição igual ou superior a 30 (trinta) anos, se homem e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher que possuir período (s) aquisitivo (s) deverá ser incluído para gozo obrigatório de Licença-Prêmio por Assiduidade de todo (s) período (s) aquisitivo (s);

III - os demais servidores, mesmo exercendo cargo comissionado ou função gratificada, deverão ser incluídos para gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade, em escala a ser elaborada pela respectiva Secretaria, desde que não seja prejudicial à Administração Municipal;

IV - O número de servidores em gozo simultâneo de Licença-Prêmio por Assiduidade não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Outras situações ou casos excepcionais poderão ser autorizados ou resolvidos pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal, deverá articular-se com as demais Secretarias ou Unidades Administrativas, para fins de viabilizar a escala do gozo obrigatório de Licença-Prêmio por Assiduidade.

Art. 4º O servidor efetivo ou estabilizado, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, quando em gozo de Licença-Prêmio por Assiduidade, fará jus apenas à remuneração do cargo de que seja titular.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal publicará a escala dos servidores para o gozo obrigatório de Licença-Prêmio por Assiduidade, contendo o quantitativo de meses a gozar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, dando ciência ao servidor.

§ 1º No caso de necessidade do serviço a escala poderá ser alterada pela Administração Pública.

§ 2º A pedido do servidor, com 30 (trinta) dias de antecedência, a escala poderá ser alterada uma única vez, observado o interesse da Administração.

§ 3º Iniciado o gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade, esta não poderá mais ser suspensa, reprogramada ou cancelada, salvo urgente necessidade pública devidamente comprovada

§ 4º A ocorrência de um novo tipo de afastamento ou licença no decurso do prazo de gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade, não interromperá e nem suspenderá a Licença-Prêmio por Assiduidade, ficando o novo evento para ser usufruído em prazo subsequente, se houver amparo legal.

§ 5º A inclusão do servidor para gozo da Licença-Prêmio Assiduidade é ato discricionário da Administração Municipal, devendo ser prioritariamente privilegiado o interesse público.

Art. 6º Os casos omissos serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal, cabendo recurso ao Prefeito Municipal.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapagipe, 02 de outubro de 2017.

**Benice Nery Maia**  
**Prefeita Municipal**